



## AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2025

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Paraíba – CRECI/PB, entidade de fiscalização do exercício profissional, inscrito no CNPJ nº 09.292.194/0001-10, com sede na Av. Almirante Barroso, 918 – Centro - CEP: 58013-120 - João Pessoa – PB, devidamente autorizado no Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 051/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada a Contratação Direta, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese prevista no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis.

**Data:** 19/11/2025

**Local:** Site institucional do Conselho.

**Publicidade dos atos desta dispensa de licitação:** <https://creci-pb.gov.br/>

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a aquisição e instalação de Sistema de Segurança Eletrônica, assim como monitoramento e manutenção mensal da empresa direcionados ao funcionamento dos equipamentos, a fim de atender às necessidades do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Paraíba – CRECI/PB, conforme especificado no Termo de Referência.

1.2. Quadro Resumo:

LOTE 01			
Item	Especificação	Unidade	Quantidade
<b>Alarme</b>			
1	Central de Alarme convencional AMT 2018e Smart + Teclado	Unidade	01
2	Modulo GPRS 4G para central AMT 2018e Smart	Unidade	01
3	Bateria 12 Volts 7 Ampéres Intelbras	Unidade	01
4	Sirene 105 decibéis Branca Intelbras	Unidade	02

Sede

[www.creci-pb.gov.br](http://www.creci-pb.gov.br)

João Pessoa  
Av. Almirante Barroso, 918,  
Centro, CEP 58013-120  
(83) 2107-0406

Delegacias Regionais

Campina Grande (83) 3321-6969  
Patos (83) 3421-2924  
Cajazeiras (83) 3531-2329



5	Fonte de Alimentação Ininterrupta Com Bateria Intelbras	Unidade	01
6	Sensor IVA Feixe Duplo 60 metros - Com Suporte Articulado - JFL	Unidade	03
7	Sensor IVP para ambiente interno fechado	Unidade	07
8	Sensor IVP para ambiente Externo	Unidade	02
9	Sensor Magnetico Blindado mini para portas e janelas	Unidade	01
10	Cabo UTP Preto não Homologado	Unidade	0,4
11	Cabo CCI 6 vias 50mm 100 Metros	Unidade	3,5
12	Cabo Paralelo 2x1,00 mm. 100 Metros	Unidade	0,8
13	Infraestrutura perimetral de alumínio por metro	Unidade	25
<b>Cerca Elétrica</b>			
14	Central de choque residencial	Unidade	01
15	Bateria 12 volts	Unidade	01
16	Fio flexível para aterramento	Unidade	10
17	Cabo de alta isolamento para conexão 100 metros	Unidade	0,4
18	Malha de alumínio 0.90 mm 150 Metros	Unidade	4



19	Haste W de passagem com 6 isoladores	Unidade	19
20	Haste Castanha de canto com 6 isoladores	Unidade	12
21	Haste de aterramento em cobre	Unidade	01
22	Placa de advertência de choque	Unidade	08
<b>Câmeras</b>			
23	NVD 16 Canais Intelbras	Unidade	01
24	HD 2 Tera Byte Intelbras	Unidade	01
25	Switch POE 18 Portas Intelbras	Unidade	01
26	Câmera Dome interna VIPC IP PEOE 30M Intelbras	Unidade	10
27	Câmera Bullet externa VIPC IP PEOE 30M Intelbras	Unidade	05
28	Caixa de acoplagem V-box Intelbras	Unidade	10
29	Conector RJ45 pacote com 50	Unidade	01
30	Cabo UTP Cat5-e preto nao homologado para CFTV 300 Metros	Unidade	02
31	Cabo Paralelo 2x1mm Metros	Unidade	0,1
32	Quadro de Montagem para 1 DVRs	Unidade	01



33	Canaleta ventilada 30x40	Unidade	02
34	Tomada Fêmea sistema-X 220v dupla	Unidade	01
35	Infraestrutura perimetral de alumínio por metro	Unidade	10

LOTE 02			
Item	Especificação	Unidade	Quantidade
01	Monitoramento e Manutenção mensal da empresa voltada ao funcionamento dos equipamentos do CRECI/PB.	Meses	12

1.3. Os equipamentos deverão ser instalados no endereço localizado na Rua Alm. Barroso, nº 987, Centro, João Pessoa - PB, 58013-120, assim como o monitoramento e a manutenção mensal.

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

2.1. Foi adotada a modalidade de **dispensa de licitação física**, conforme pesquisa prévia de mercado e documentação apresentada por empresas locais, tendo sido selecionada previamente, por ter apresentado a proposta mais vantajosa à administração, a empresa:

FORNECEDOR SELECIONADO	VALOR GLOBAL
CANADA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ("CANADA SECURITY")	R\$30.201,00 (R\$25.401,00 Valor Correspondente aos equipamentos + R\$4.800,00 Valor das 12 mensalidades referentes aos serviços)

2.2. Nos termos do §3º do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021 e da Portaria CRECI/PB nº. 058/2025, este ato será disponibilizado no sítio eletrônico do CRECI/PB pelo prazo de 03 (três) dias úteis, para que eventuais interessados possam ofertar proposta mais vantajosa.

2.3. Propostas e documentação de habilitação devem ser enviadas ao e-mail [creci@creci-pb.gov.br](mailto:creci@creci-pb.gov.br) durante o prazo mencionado.

## 3. HABILITAÇÃO

### 3.1. Habilitação Jurídica:

**3.1.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



**3.1.2. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

**3.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**3.1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020;

**3.1.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**3.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

3.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **3.2. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:**

3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

3.2.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452/43;



3.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.2.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.2.6.2. Prova de regularidade com a Fazenda estadual/municipal/distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3.2.6.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais/distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

#### **4. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

4.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Contrato, anexo a este Ato.

#### **5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

5.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

#### **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

6.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Contrato e no Termo de Referência, anexo a este Ato.

#### **7. DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado conforme disposto no Termo de Referência.

7.1.1. Não é admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório.

#### **8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. O fornecedor será selecionado conforme disposto no Termo de Referência.

#### **9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Conforme cláusulas estabelecidas no Contrato, anexo a este Ato.

#### **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Sede

[www.creci-pb.gov.br](http://www.creci-pb.gov.br)

João Pessoa  
Av. Almirante Barroso, 918,  
Centro, CEP 58013-120  
(83) 2107-0406

Delegacias  
Regionais

Campina Grande (83) 3321-6969  
Patos (83) 3421-2924  
Cajazeiras (83) 3531-2329



10.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.2. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Ato e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

10.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

10.5. Em caso de divergência entre disposições deste Ato e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Ato.

10.6. Integram este Ato, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Minuta do Contrato.

João Pessoa – PB, 18 de novembro de 2025.

---

**Rômulo Soares**  
Presidente – CRECI/PB

Sede

[www.creci-pb.gov.br](http://www.creci-pb.gov.br)

João Pessoa  
Av. Almirante Barroso, 918,  
Centro, CEP 58013-120  
(83) 2107-0406

Delegacias  
Regionais

Campina Grande (83) 3321-6969  
Patos (83) 3421-2924  
Cajazeiras (83) 3531-2329